

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 48ª REUNIÃO

5 Data: 28 (10h20 às 17h30) de junho de 2005.

6 Local: Mini auditório SRH, em Brasília.

7 **PARTICIPANTES:**

- 8 ■ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut
9 (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 10 ■ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Martha Sugai (martha.sugai@ana.gov.br);
- 11 ■ Ministério dos Transportes - MT: Wilson do Egito Coelho Filho
12 (wilson.egito@transportes.gov.br);
- 13 ■ Ministério da Saúde – MS: Andréa Narítza Silva e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br);
- 14 ■ Ministério das Cidades - MC: ausente;
- 15 ■ Ministério da Integração Nacional-MI: Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior
16 (jader.verdade@integracao.gov.br);
- 17 ■ Ministério da Defesa - MD: Marcelo de Carvalho Prates (mprates@linkexpress.com.br);
- 18 ■ Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br);
- 19 ■ Ministério de Minas e Energia - MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br);
- 20 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: Willibaldo Brás Sallum
21 (willibaldo@agricultura.gov.br);
- 22 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal: Wilson Azevedo Filho
23 (wil.filho@terra.com.br);
- 24 ■ Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: Gustavo Guelfi (gustavoguelfi@cnt.org.br);
- 25 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Danilo Lopes Marques da
26 Silva (dlms@furnas.com.br);
- 27 ■ Comitês de Bacias Hidrográficas: Lupércio Zirolto Antonio (comitetb@serhs.sp.gov.br);
- 28 ■ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente;
- 29 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br);
- 30 ■ Organizações Não Governamentais-ONG: Kláudio Coffani Nunes (klaudio@aasp.org.br).

31 **CONVIDADOS:**

- 32 ■ Ana Tereza Mattos Marques de Souza Ponte – DNOCS (anateresa@dnocs.gov.br);
- 33 ■ Afonso Henriques Moreira Santos – UNIFEI (afonsohms@yahoo.com.br);
- 34 ■ Alberto de Oliveira Bayma – FURNAS (abayma@furnas.com.br);
- 35 ■ Cássio Marcelo Alves – CTFURNAS (ambiente.pfalt@alterosa.net);
- 36 ■ Danilo Garcia – PM de Formiga/MG (departamentodeturismo@yahoo.com.br);
- 37 ■ Eduardo Engel – ASUL (eduengel@alfenas.com.br);
- 38 ■ Geraldo Jésus Smanio – FURNAS (smanio@furnas.com.br);
- 39 ■ Gina Bamer Deberdt – IBAMA (gina.deberdt@ibama.gov.br);
- 40 ■ Glayson Silveira Martins – PM S.João Glória (gsmgab@com.br);
- 41 ■ José Ivo da Silva – PM de Formiga/MG (prefor@net.for.com.br);
- 42 ■ José Rogério Lara – ALAGO (alago@ioli.com.br);
- 43 ■ Jorge Zaidam Viana de Oliveira – Formiga/mg (jorgezaidam@hotmail.com);
- 44 ■ Olga Calhman – FURNAS (calhman@furnas.com.br);
- 45 ■ Rafael Xavier Meriade Duarte – ANA (rafaelduarte@ana.gov.br);
- 46 ■ Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br);
- 47 ■ Robson Hitoshi Tanaka - CPFL (robsontanaka@cpfl.com.br);
- 48 ■ Rodrigo De Filippo – FURNAS (defilipp@furnas.com.br);
- 49 ■ Sebastião Campos - Prefeitura Municipal;
- 50 ■ Sérgio Dias Canella – FURNAS (scanella@furnas.com.br);
- 51 ■ Ubirajara José Augusto – Sec.Geral PR (ubirajara.augusto@planalto.gov.br)

52 **RELATORIA:**

- 53 ■ Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

54 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

55 **Item 1 – Abertura.** O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou os trabalhos da 48ª Reunião da CTAP às 11h00,
56 cumprimentou e agradeceu a todos pela presença e informou os principais eventos programados, tais
57 como: a XIII Reunião Ordinária do CNRH, para o dia 18 de julho; a Oficina da Sociedade Civil como

58 mais uma etapa do planejamento setorial, para o desenvolvimento do PNRH; o Seminário Nacional, no
59 final do ano, para a conclusão do trabalho e, a reunião da CTIL, para o dia 12 de julho, quando seria
60 analisado o PL nº 1181/2003. Anunciou também a presença do Deputado Federal Odair José da Cunha
61 em companhia dos representantes da ALAGO. A seguir passou para o **Item 2 - Aprovação das Atas da**
62 **46ª e da 47ª Reuniões da CTAP** comunicando o recebimento de e-mail do Sr. Rodrigo De Felippo
63 (FURNAS) com suas respectivas correções e abriu a palavra aos membros. Não houve manifestação dos
64 presentes e as atas foram aprovadas com as correções solicitadas previamente. **Item 3 – Relato do GT**
65 **Serra da Mesa** – O Sr. Julio Thadeu (SRH) lembrou a criação do grupo de trabalho tendo como objetivo
66 a definição da base de dados técnicos e dos procedimentos a serem desenvolvidos dentro das funções e
67 responsabilidades da CTAP/CNRH, como subsídio para discussão na CTAP. Destacou as apresentações
68 de FURNAS sobre o Programa de Saúde Pública e sobre os Riscos de Doenças Transmitidas por
69 Mosquitos, em áreas da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, considerando-as esclarecedoras para
70 minimizarem as disparidades de informações e tornando-se a base de dados para futuras decisões.
71 Ressaltou que o assunto ainda não estaria esgotado, pela falta de alguns temas polêmicos, como: poluição
72 por mercúrio e metais pesados; cianobactérias; e, aspectos sociais diretamente relacionados aos recursos
73 hídricos, a serem abordados na próxima reunião. Concluiu classificando a primeira reunião do GT Serra
74 da Mesa como produtiva e cordial. **Item 4 – Apresentação das demandas da ALAGO sobre o**
75 **Reservatório de FURNAS no Sul de Minas.** O Sr. Julio Thadeu (SRH) ressaltou a competência do
76 CNRH e da CTAP, cujas atribuições restringem-se à gestão dos recursos hídricos, enquanto as demais
77 questões de meio ambiente seriam da alçada do CONAMA. Salientou a função de assessoria da Câmara
78 Técnica junto ao Plenário do CNRH, que delibera por meio de resolução ou de moção. Informou sua
79 atuação como mediadora, nos casos de conflitos pelo uso da água, trazendo as partes para o diálogo, com
80 a supervisão dos demais órgãos e concedeu a palavra aos representantes da ALAGO e de FURNAS para
81 suas exposições. Sr. Pompílio Canavez, Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas-
82 ALAGO e Prefeito Municipal de Alfenas-MG abordou as características econômico-sociais da região do
83 entorno do lago, composta por trinta e quatro municípios, cerca de um milhão de habitantes, tendo como
84 principal atividade a lavoura de café, predominante em 80% da região, num raio de 100km. Destacou o
85 IDH do Município de Alfenas entre os oito melhores do Estado de Minas Gerais, com renda *per capita*
86 elevada e concentrada, o que gera muita pobreza. Informou a mudança no comportamento e nos
87 costumes existentes na região após a construção da UHE e a formação do lago, há 40 anos,. Assegurou
88 que o desenvolvimento regional estaria sedimentado, principalmente, no potencial da exploração do
89 turismo e da pesca nos 3.500km de margens do lago. Entretanto, manifestou preocupação com a operação
90 da UHE e o deplecionamento do lago, a exemplo da crise energética de 2001 a 2003, com prejuízos
91 econômicos e ambientais significativos. Externou preocupação com a possibilidade de uma nova crise
92 energética e demonstrou otimismo em relação às medidas atenuantes, em face da visita, por cinco dias,
93 da caravana do Presidente Lula, aos municípios da região, resultando no “*Diálogo de Concertação*” e na
94 melhoria do relacionamento e da comunicação entre os atores envolvidos. Atestou a satisfação de todos,
95 no momento atual com o lago cheio, havendo grandes projetos a serem implantados na orla, como o de
96 quatro mil pescadores para produção de tilápias, o de exploração turística e o de saneamento básico e
97 tratamento e esgotos, desenvolvido pela COPASA, no valor de R\$400 milhões. Citou os esforços
98 envidados pela sociedade, no sentido de criar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, pela
99 importância do lago, da UHE, do rio e das principais nascentes em Minas Gerais. Concluiu lembrando a
100 variação da faixa de operação da barragem entre as cotas 768 (máxima) e 750 (mínima) e apelou para a
101 fixação do nível mínimo de operação da barragem na cota 762, que representaria uma garantia para
102 todos. Terminada a apresentação o Sr. Afonso Henriques (UNIFEI) reportou-se ao encontro de 2002 entre
103 técnicos, professores e alunos das universidades da região, UFLA, UNIFEI e UNIFENAS, com o apoio
104 da ALAGO, quando teve início uma série de trabalhos de avaliação da crise de 2001. Enfatizou
105 equivalência da importância dos múltiplos usos do reservatório ao do setor elétrico. Segundo seu
106 entendimento, o setor energético possui alternativas viáveis, como o parque térmico significativo e as
107 hidrelétricas não deveriam mais trabalhar utilizando os reservatórios como estoques de energia e sim a
108 “*fio d’água*” com deplecionamentos mínimos. Solidarizou-se com a preocupação do Sr. Pompílio
109 Canavez (ALAGO) com relação à possibilidade de novo esvaziamento do reservatório, a partir de 2006,
110 atingindo o pico máximo em 2008 e advertiu para a necessidade de redefinição do atual modelo de
111 operação do setor elétrico, com a fixação da cota 762 como a ideal. O Sr. Eduardo Engel, da Associação
112 dos Usuários do Lago de Furnas-ASUL, externou a sua satisfação em ouvir os parceiros com visão
113 semelhante para o aproveitamento do lago. Destacou sua localização estratégica, entre duas grandes
114 capitais e cercado por cidades de grande desenvolvimento econômico, em cujas populações, além do

115 poder aquisitivo, encontra-se também a vocação turística a ser explorada pelo lago, durante os períodos de
116 férias e feriados prolongados, como uma alternativa em relação ao litoral. Dando prosseguimento à sessão
117 de apresentações, o Sr. Geraldo Smanio (FURNAS) relatou seu conhecimento sobre a UHE e todos os
118 municípios da região da região, onde trabalhou por vinte anos. Explicou a possibilidade de variação de
119 18 metros, entre as cotas 750 e 768, no deplecionamento do reservatório e informou que a cota mínima
120 foi atingida em apenas duas ocasiões, em 1980 e em 2001. Sobre a crise de 2001 apontou suas principais
121 razões: o modelo de operação do ONS baseado no aspecto econômico buscando a geração de energia
122 mais barata priorizou as UHE mais antigas; os investimentos esperados no setor elétrico, pós privatização,
123 não aconteceram; a seca prolongada e o esvaziamento das nascentes e cabeceiras induziram à operação
124 predatória de todos os reservatórios. Comparou as características operacionais do setor elétrico, até o final
125 de 2002 e a partir de 2003, demonstrando suas principais diferenças, como a visão estritamente
126 econômica e monopolista adotada anteriormente, substituída por uma visão técnico-econômica e
127 concorrencial. Alertou para a possibilidade de ocorrência de uma nova crise em 2007/2008, se não
128 houver investimentos no setor que requer um acréscimo de 2% na geração para cada 1% de crescimento
129 do PIB. Quanto à limitação operacional da UHE à cota 762, por se tratar de um reservatório pulmão, à
130 montante, interligado em cascata até Itaipu, julga procedente uma avaliação criteriosa dos impactos
131 econômicos, sociais e ambientais, de curto, médio e longo prazos, por parte dos órgãos envolvidos –
132 ANA, ANEEL, ONS e MME – e o encaminhamento dos resultados ao fórum político da decisão.
133 Finalizadas as apresentações, o Sr. Julio Thadeu (SRH) considerou importante a articulação entre os
134 órgãos envolvidos e abriu a sessão de debates onde foram discutidas e esclarecidas as seguintes questões:
135 1) o esvaziamento do reservatório e o racionamento de energia foram conseqüência de erros, omissões,
136 falta de planejamento e venda antecipada de energia no MAE (os representantes de FURNAS
137 esclareceram que não houve venda antecipada e sim atraso no cronograma de operação de novos
138 empreendimentos, com ênfase na diferença entre os ambientes comercial e operacional), conforme
139 constam dos balanços das empresas; 2) existem problemas locais como a construção da linha de
140 transmissão, a navegabilidade transversal e o escoamento da produção que precisam ser considerados nos
141 estudos; 3) inexistência e/ou incorreções das informações que deveriam ser sanadas com a participação de
142 todos, inclusive a agricultura, a indústria, o turismo e o setor hidroviário, nos estudos dos impactos; 4) o
143 cenário atual está modificado e a participação da sociedade multi usuária tomou-se inevitável, a partir da
144 vigência da Lei nº 9433/97; 5) a variação de nível do reservatório causa problemas ambientais, tanto no
145 esvaziamento quanto no enchimento, como crescimento de vegetação, exposição de esgotos, mau cheiro e
146 o surgimento de cobras e escorpiões; 6) as análises e alterações propostas resultam em despesas,
147 normalmente pagas pela sociedade, sem o respectivo retorno em investimentos e em assistência social; 7)
148 FURNAS não decide, mas tem poder para interferir e direcionar as decisões, enquanto a sociedade
149 encontra-se dispersa e não consegue encaminhar suas reivindicações; 8) há necessidade de criação do
150 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande; 9) o interesse do setor elétrico não deveria se sobrepor aos
151 demais. Dessas intervenções, o Sr. Julio Thadeu (SRH) extraiu os seguintes comentários: na análise dos
152 problemas não caberia a abordagem de fatos históricos com as perspectivas de hoje porque existem outras
153 variáveis no cenário; a necessidade da inclusão social nas definições de operação está visível e palpável,
154 sendo refletida na mudança realizada pelo ONS, do modelo econômico para o técnico-econômico, a partir
155 de 2003; na legislação atual estão muito claras a participação da ANA, da ANEEL e do ONS e a
156 convergência para uma operação com vistas ao atendimento dos interesses dos multi usuários da bacia; há
157 a necessidade de estabelecimento de uma base de dados para a discussão da proposta; a predisposição das
158 partes em reunir-se para a negociação facilita a obtenção do consenso. Segundo seu entendimento, uma
159 hipótese seria o estabelecimento de um nível consensado de operação da barragem, por exemplo a cota
160 762, daí poderia haver a operação livremente acima dessa cota, enquanto abaixo as decisões seriam
161 resultantes de uma negociação entre as partes, levando-se em conta os interesses nacional, local e da
162 respectiva bacia hidrográfica e as restrições econômicas, ambientais e sociais de cada usuário. Aventou a
163 possibilidade de criação de um grupo de trabalho, integrado por todos os atores que possam vir a
164 contribuir, especialmente as agências reguladoras, ANA e ANEEL e Operador Nacional do Sistema –
165 ONS, por conta de suas competências legais. A Sra. Martha Sugai (ANA) complementou informando que
166 a ANA já vem atuando dessa forma nos casos de operação e as tomadas de decisões contam sempre com
167 a participação dos comitês. Ratificou que em algumas reuniões a falta de informações ficou evidente, o
168 que levou a Agência a gerar um boletim informativo com a contribuição do ONS. O Sr. Wilson Azevedo
169 (CERH-DF) indagou como estaria o comitê de bacia, dada a importância do rio Grande no cenário
170 nacional. O Sr. Lupércio (Comitês) respondeu que há um grupo de trabalho bem avançado na busca da
171 integração entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, com recursos alocados para a elaboração do

172 diagnóstico da situação atual e dos sub-comitês existentes, num total de 13 (06 em MG e 07 em SP),
173 alguns já possuindo Plano de Bacia. Mostrou-se otimista para a implementação do Comitê Federal, junto
174 à ANA. O Sr. Julio Thadeu encaminhou então para a criação do grupo de trabalho com o objetivo de
175 receber e analisar as informações, para a formação da base de dados consensada. Na composição desse
176 GT entrariam: ANA, ANEEL, ALAGO, COMITÊS, FURNAS, MME, MTur, ONS, Universidades e
177 Usuários, sob a coordenação da SRH. Acordou-se também que, para a primeira reunião, cada integrante
178 apresentaria as informações referentes à sua área de atuação. **Item 5 – Análise e encaminhamento das**
179 **sugestões apresentadas pelo Sr. Kláudio Koffani Nunes (ONG), relativas ao Ofício Circular n.º 16**
180 **2005/CTEM/CNRH/MMA.** Agendado para a 39ª reunião. **Encerramento.** Às 17:30h, nada mais havendo
181 a tratar, o Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu a todos pela presença e participação e encerrou a 48ª
182 Reunião da CTAP.

183 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 184 - Atas da 46ª e 47ª reuniões aprovadas com modificações;
185 - Relato sobre as atividades do GT Serra da Mesa;
186 - Apresentação ALAGO: Aspectos sócio-econômicos do deplecionamento do lago
187 de Furnas;
188 - Criação do GT UHE Furnas.
189
190 Ata aprovada na 49ª reunião, em 25 de agosto de 2005.
191

192 Julio Thadeu Silva Kettelhut
193 Presidente da CTAP

194 Aureliano Cesar Martins Silva
195 Relator da CTAP
196